

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

Pregão Eletrônico 10/2016 –CGTI/DLOG/PF

Resposta ao pedido de IMPUGNAÇÃO apresentado pela empresa WORK INFORMÁTICA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO ELETROELETRÔNICA LTDA, empresa inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 10.454.019/0001-61, com inscrição Estadual nº 16.158.962-6.

Demonstrada a Tempestividade do pedido apresentado, a impugnante requer o acolhimento do pedido de INCLUSÃO de cota “exclusiva” de até 25% do objeto da licitação, nos termos do art. 48 da LC 123 para que seja disputado exclusivamente por MPES.

DOS FATOS

Considerando os dispositivos apresentados pela impugnante, informa-se que o tema é regulamentado pela LC 123 que em seu Art. 49, estabelece situações das quais a administração pública em razão de demonstrado prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, não se utilizara deste tratamento diferenciado.

Art. 49. Não se aplica o disposto nos [arts. 47 e 48 desta Lei Complementar](#) quando:

(...)

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado; (grifo nosso)

Há ainda expressa regulação do tema, objeto de análise, em instrumento convocatório (edital PE 102016), em seu anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA cláusula 1.4:

“A exclusividade de participação de microempresas e empresas de pequeno porte, bem como, o estabelecimento de cotas, Artigo 48 da Lei Complementar 123/2006, incisos I e III, representará prejuízo ao contexto geral das soluções técnicas aqui propostas. A Termo de Referência – Registro de preços para Computadores Desktops e Dock Station complexidade de gestão técnica da solução, os vários critérios de garantia, mais de vinte e sete unidades gestoras participantes distribuídas em vários pontos do Brasil e que deverão gerir todo o complexo contrato de aquisição da solução, os acordos de níveis de serviços complexos e ligados a solução, a necessidade de padronização do parque computacional do DPF, as políticas de segurança institucional e o gerenciamento remotos da solução justificam a não aplicação do Artigo 48

da Lei Complementar 123/2006, incisos I e III, e encontram respaldo no Artigo 49, inciso III da referida Lei.

Ante aos fatos apresentados e ainda informando que em suas contratações, esta coordenação se utiliza dos princípios norteadores que regem as contratações públicas, **INDEFERIMOS** o pedido de impugnação apresentado ao PREGÃO ELETRÔNICO 10 – 2016 CGTI/DLOG/PF.

Brasília/DF, 09 de dezembro de 2016

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Coordenação Geral de Tecnologia da Informação - PF
CPL/CGTI/DLOG/PF